



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO

☎ (11) 95446-2020 | pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas

Corrente Sindical do Partido
Operário Revolucionário

**Membro do Comitê de Enlace
pela Reconstrução da
IV Internacional**

Ano II – Nº 10 – 20 de junho de 2023

SinTUFABC: direção majoritária promove política autoritária de burocratização e aparelhamento do sindicato

A eleição da Coordenação Executiva (CE) do SinTUFABC deu vitória à Chapa 2 (governista), marcando uma mudança na direção do sindicato, que até então era composto por uma chapa única. Como a CE é proporcional, a Chapa 2 pôde indicar nove pessoas e a Chapa 1, seis. Desde então, os governistas têm atuado na direção para cercear as discussões políticas e as reuniões das instâncias.

Nesse pequeno intervalo de tempo, os “donos do sindicato” fazem o que querem e bem entendem. O membro da direção sindical do Coletivo Travessia (Resistência/Psol), sem passar por qualquer instância sindical, sem qualquer discussão coletiva da importância e conteúdo políticos, promoveu em nome do sindicato representação em atos e comunicações (e-mails e Carta ao Presidente Lula). Membros da Chapa 2 saíram do grupo de comunicação da CE, dificultando a comunicação entre os membros da direção do sindicato. Boicotam decisões sistematicamente, não acatando encaminhamentos como participação na Reunião Extraordinária da CE e convocação de Reunião sempre que houver pauta. Inviabilizam a criação do GT Carreira, indicado pela Fasubra, e atropelam as decisões políticas frente ao questionamento da liberação sindical pela Reitoria.

Assim se passou na Mesa de Negociação chamada pela Reitoria na qual os governistas concordaram com a Reitoria sobre criar uma proposta de liberação sindical proporcional à jornada de trabalho, ao contrário da deliberação da Coordenação Geral de não aceitar nenhuma alteração nesse sentido.

Os integrantes da Chapa 2, governista, fazem de tudo para frear o sindicato e impedir sua ação e discussão. Inviabilizam reuniões frequentes da coordenação do sindicato para garantir sua maioria e a aprovação integral de sua política. Com isso, as reuniões da CE que sempre, em dez anos de sindicato, ocorreram semanalmente, passaram a ser mensais. O que se reflete em que a CE não tem conseguido discutir, deliberar e encaminhar coletivamente os problemas em tempo razoável e, quando se reúne, devido à extensa pauta, faz discussões apressadas e atropeladas, e continua protelando pautas importantes, como a luta contra os ataques da burguesia e governos; a eleição do CRS; a participação do SinTUFABC nos fóruns da Central a qual é filiado; a criação e organização do GT Carreira; a cobrança da Reitoria em relação a diversas pautas, como a imediata publicação de Edital de Movimentação Interna, dentre dezenas de outras demandas, etc.

Trata-se de uma política de paralisia. Essa conduta burocrática e autoritária expõe a irresponsabilidade política dos governistas, que se mostram dispostos a minar a democracia operária e um direito conquistado pelo método da greve para bloquear a luta e preservar a governabilidade da frente ampla burguesa de Lula/Alckmin.

A categoria se vê diante de uma contradição por ter eleito uma direção majoritária governista que está fazendo de tudo para defender o governo e criando obstáculos ao funcionamento cotidiano e democrático do sindicato. Está posta a necessidade de erguer um movimento classista para acabar com a política autoritária e imobilista da direção governista!

Direções impõem imobilismo através da virtualidade

A maioria das direções das entidades da luta vêm impondo as instâncias e atividades virtuais, aprovando-as em seus estatutos. O DCE-UFABC, por exemplo, chamou uma assembleia online de prestação de contas, ignorando que a virtualidade foi rejeitada na aprovação do Estatuto. Aos poucos impõe burocraticamente as assembleias virtuais. No SinTUFABC, onde a virtualidade foi estatutariamente formalizada há pouco, só se realiza assembleias presenciais quando são obrigatórias por questões legais. Mesmo as assembleias com pauta de reivindicação, que segundo o estatuto devem ser presenciais, têm sido híbridas. As instâncias ocorrem sem controle de quem acessa e quem vota. Chegou-se ao ponto de trabalhadores em horário de trabalho, presentes na universidade, acessarem a assembleia virtualmente evitando participar presencialmente.

A CPE é contrária às instâncias virtuais principalmente por entender que atomiza as pessoas e não servem para forjar a força social necessária para conquistar as reivindicações próprias por meio da ação direta coletiva. O dito aumento numérico da “participação” virtual, com aqueles que não poderiam participar presencialmente, não se reverte nem em ação real e nem mesmo em maior comprometimento com a luta, serve à paralisia. A experiência no SinTUFABC, e em outros sindicatos, tem evidenciado esse papel de dispersão. Na prática, a virtualidade é um mecanismo que serve para abandonar a luta efetiva pela garantia plena de condições de vida, estudo e trabalho e por isso deve ser categoricamente rejeitada.

Lula não atende as reivindicações de estudantes e trabalhadores da UFABC

O Presidente da República esteve no campus São Bernardo da UFABC em 2 de junho. O momento serviu à comunidade para expor suas reivindicações. A CPE/POR distribuiu uma Carta Aberta em que exige o atendimento das reivindicações de estudantes e trabalhadores. A ADUFABC, o SinTUFABC e a APG (entidade que recentemente recebeu o nome do Lula) elaboraram cartas em que apresentam reivindicações, sendo as principais delas a reposição salarial das perdas inflacionárias dos servidores e a construção da moradia estudantil.

Em seu discurso, Lula ressaltou o papel da educação e da ciência no desenvolvimento nacional, chegando a dizer que não existe nenhum país no mundo que cresceu sem primeiro investir na educação. Após citar momentos marcantes na trajetória da UFABC, expressou o desejo de torná-la uma das dez universidades mais importantes do mundo. Em resposta à principal reivindicação da comunidade, Lula, que já havia se comprometido com a pauta de construção da moradia estudantil em visita à UFABC em 2008, afirmou que criará o Programa “Minha Moradia, Minha Vida”.

Breve balanço do XXIV Congresso da FASUBRA

Publicamos aqui um informe do XXIV ConFASUBRA. O Balanço completo está publicado na Edição 690 do Jornal Massas.

Durante o Congresso, realizado presencialmente durante cinco dias, a CPE/POR distribuiu o manifesto “*Que o XXIV ConFASUBRA rompa com o governismo e se coloque pela defesa de um programa próprio de reivindicações com os métodos da ação direta coletiva*”, no qual expõe suas posições sobre os temas do congresso. Esse manifesto serviu como um guia de combate ao distracionismo à medida que respondeu às questões políticas fundamentais: a falsificação de que a vitória eleitoral do governo burguês de frente ampla representou o retorno da democracia e a interrupção de um ciclo de derrotas; o caráter estrutural e mundial da crise; e a necessidade de romper com o governismo e o corporativismo, de constituir um polo classista e de erguer um movimento unitário em torno de um programa e métodos próprios.

Desgraçadamente, o Congresso teve um único momento para a fala e contribuição de delegados, que foi o Grupo de Trabalho (GT). No GT, dentre outras propostas, a CPE/POR defendeu uma campanha nacional contra a CPI do MST; a luta pelo desmantelamento da OTAN e das bases militares dos EUA na Europa e no mundo; o fim das desonerações fiscais aos capitalistas; a luta pela reestatização dos setores estratégicos da economia nacional; um Congresso de Unificação das Centrais Sindicais; o fim do Reitorado e pela constituição de um governo tripartite (estudantes, professores e funcionários), baseado na soberania das assembleias gerais universitárias com sufrágio universal e revogabilidade dos mandatos; um salário-mínimo vital que garanta o sustento de todas as necessidades da família trabalhadora; a revogação das contrarreformas e das normativas sobre o PGD, controle eletrônico de frequência e restrição de atividades sindicais; a realização de uma campanha pelo fim da terceirização com a defesa da recriação de cargos extintos, junto a incorporação imediata de todos os terceirizados no quadro de servidores, sem a necessidade de concurso público.

Todas as propostas apresentadas oralmente pela CPE/POR foram aprovadas no GT e, portanto, seriam levadas ao Plenário. No entanto, a Comissão de Sistematização formada por representantes das teses excluiu praticamente todas as nossas contribuições.

Esse palavreado do caudilho petista é demagógico. Afinal, para realizar o que disse depende do adequado aporte de recursos financeiros. Mas o que o governo federal tem feito é o contrário. Não bastasse as diversas medidas de precarização das condições de estudo e trabalho vigentes, o governo está promovendo o novo teto de gastos/marco fiscal para garantir o lucro dos capitalistas em detrimento dos serviços públicos, como a educação.

A Corrente Proletária na Educação (CPE) defende que é preciso erguer um forte movimento de estudantes, trabalhadores da educação e do conjunto dos trabalhadores, com a classe operária à frente, para conquistar as reivindicações mais sentidas através do método da ação direta. Somente com a luta independente é que poderia impor o atendimento de nossas reivindicações. Mesmo a construção da moradia estudantil na UFABC novamente prometida por Lula não será cumprida se não nos colocarmos em luta. O ponto de partida deve ser um dia nacional de luta com paralisações e bloqueios, que as centrais sindicais devem convocar. Levantemos a defesa dos empregos, dos salários, dos direitos, da saúde e da educação pública!

Porém, o que evidenciou o caráter burocrático e antidemocrático do Congresso foi o acordo entre as direções majoritárias (PT/CUT e Travessia-TAEs na Luta/Psol) para o Congresso não se posicionar quanto às gratificações, tema que dividia o Congresso, colocando as bases das duas principais forças políticas em choque. Para tanto, as direções construíram uma resolução pretensamente consensual para substituir TODAS as propostas relacionadas à Carreira aprovadas nos GTs, e contaram com a conveniência das delegações ligadas a elas. A rejeição do plenário em incluir na resolução a posição contrária a qualquer gratificação produtivista, assim como a necessidade de reuniões presenciais, mostrou que nos momentos decisivos prevalecem os interesses burocráticos.

O Congresso foi um momento de interlocução entre os sindicatos. Nessa direção, destacamos o artigo “PGD – A quem será que se destina?”, publicado no Informativo do Sintest-RN, o qual faz uma crítica ao PGD enquanto forma de flexibilização capitalista do trabalho. Mencionamos também o Edital da PRPPG/UFBA, exclusivo para TAEs, para Bolsa de Capacitação no Exterior, algo inédito e necessário. Outro notícia que merece destaque é a recente implementação da flexibilização da jornada de 30h para todos a categoria de TAEs na UFSC.

Tragicamente, o Congresso não respondeu os problemas centrais dos trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação e concretizou a política antidemocrática da direção governista de usar as reivindicações como penduricalho, sendo que sequer chegou a questionar porque o “governo democrático” ainda não recebeu e instalou a Mesa de Negociação Setorial com a FASUBRA.

Cabe destacar que as posições da delegação ligada à Chapa Unidade pra Lutar e da delegação ligada à Chapa Travessia/TAEs na Luta demonstram que as divergências que vieram à tona na Assembleia do SinTUFABC de Eleição de Delegados à Plenária Nacional da FASUBRA de março de 2023 e que se expressaram nas Eleições da Atual Coordenação Executiva do SinTUFABC não são circunstanciais e resultam de profundas diferenças em relação ao diagnóstico e prognóstico da época, etapa, situação e conjuntura que vivemos no Brasil e no mundo.